

DESCRIÇÃO DO ACERVO LEGISLATIVO DA CÂMARA DOS SENADORES E DA ASSEMBLEIA GERAL:

Sérgio Augusto Coelho Diniz Nogueira Júnior¹

sergio.diniz@senado.leg.br

Rosa Maria Gonçalves Vasconcelos²

rosa@senado.leg.br

Resumo

Apresentamos a experiência de descrição arquivística dos documentos legislativos permanentes textuais, ainda em andamento, dos fundos fechados da Câmara dos Senadores e da Assembleia Geral brasileiras, referentes ao período de 1826 a 1889, que estão sob a guarda da Coordenação de Arquivo do Senado Federal. No Brasil Imperial, o poder político era exercido pelos Poderes Moderador, Executivo, Legislativo e Judicial, sendo o Poder Legislativo composto pela Assembleia Geral, Câmara dos Senadores e Câmara dos Deputados. A documentação analisada, de 86 metros lineares, diz respeito às atividades fins daquelas duas primeiras casas legislativas, como projetos de leis, atas, pareceres; documentos da Regência; Diários e Anais do Senado e da Assembleia Geral e outros. O modelo de descrição foi estabelecido em reuniões periódicas com arquivistas e historiadores experientes em descrição e na documentação, utilizando-se a Norma Internacional Geral de Descrição Arquivística e procedendo-se à identificação diplomática e tipológica dos documentos. O software escolhido para a descrição dos documentos e difusão do acervo foi o AtoM, por permitir a organização da informação contemplando necessidades institucionais e dos pesquisadores. Ele contempla a Norma Brasileira de Descrição Arquivística e as normas de descrição preconizadas pelo Conselho Internacional de Arquivos. Antes de iniciar a descrição dos documentos, a plataforma foi preparada e alimentada considerando o relacionamento entre as normas, os requisitos técnicos e as características documentais. Para compreender a produção documental do século XIX, o processo legislativo à época foi mapeado. A estrutura básica do quadro de arranjo foi estabelecida com base nas atribuições dos produtores arquivísticos visando a preservação e recuperação do contexto orgânico de produção. Determinamos as séries documentais dos fundos, identificamos e descrevemos as funções que originaram os documentos. Registramos as autoridades associadas à atividade legislativa, considerando os títulos nobiliárquicos dos parlamentares e períodos dos mandatos por legislaturas e províncias. A divisão territorial do Império foi recuperada e relacionada com a divisão territorial atual. Na medida em que expressões e termos específicos da época foram identificados, pesquisa sobre os seus significados e conceitos foram realizadas e relacionados a termos contemporâneos. O trabalho resultou em produtos que auxiliam na compreensão da estrutura, da evolução organizacional e do fluxo documental da atividade-fim das duas Casas legislativas: histórico do Arquivo, da Assembleia Geral, da Câmara dos Senadores e suas sedes;

¹ Senado Federal, Brasília/DF, Brasil.

² Senado Federal, Brasília/DF, Brasil.

biografias dos parlamentares; histórico e composição das comissões legislativas; explicação sobre os processos legislativos, e a evolução dos Regimentos; cronologia do funcionamento das casas. A apresentação do trabalho será feita em duas partes: na primeira estarão detalhadas a definição dos trabalhos e dos produtos. Na segunda será feita a demonstração no AtoM do resultado de documentos já descritos arquivisticamente.

Palavras-chave: Descrição de Documentos de Arquivo; Documentos Legislativos; Brasil Império, Senado Federal, Congresso Nacional.

O acesso aos documentos é um dos pilares dos países democráticos. A informação precisa e autêntica tem papel destacado no desenvolvimento humano e em suas relações com o mundo. Os arquivos, como guardiões de documentos, têm o dever de aproximar a informação de todos os interessados, possibilitando assegurar direitos e deveres e permitindo que sejam geradas mais informações e mais conhecimento.

A documentação permanente do Parlamento brasileiro faculta ao cidadão conhecer a importante participação de suas Casas Legislativas na história nacional. Observa-se que os fatos e acontecimentos ocorridos no País foram debatidos no âmbito do Poder Legislativo. O Arquivo do Senado guarda o acervo da Câmara dos Senadores, da Assembleia Geral, do Senado Federal e do Congresso Nacional. A disponibilização dos documentos destas instituições traz a noção de pertencimento para cada cidadão brasileiro, ao viabilizar um conhecimento maior acerca da trajetória do Brasil.

O Arquivo Histórico do Senado Federal abriga em seu acervo documentos referentes às atividades meio e fim daquelas instituições, datados do Período Imperial (1826-1889) passando pelas diversas fases do Período Republicano (1889 até os dias atuais). Estes registram significativos momentos da história do país, configurando-se em importantes fontes de pesquisa para parlamentares, colaboradores da Casa e todos os pesquisadores e usuários que se interessem por elas.

A documentação legislativa do Senado e Assembleia Nacional Imperial, sob a custódia da Coordenação de Arquivo, com aproximadamente 86 metros lineares - o que equivale a quase a altura do Mastro da Bandeira do Brasil na Praça dos Três Poderes -, é formada pelos projetos de leis, discursos, proposições; *synopses*; avulsos;

atas; ofícios; pareceres; emendas, requerimentos, petições; representações; autógrafos; Fallas do Throno; Termos de Compromisso dos Regentes; Relatórios da Presidência; Livros do Primeiro-Secretário, de Registros, de Porta, de Protocolos, de Atas; Diários e Anais do Senado e da Assembleia Geral e outros documentos relacionados às atividades meio e fim da Casa.

No entanto, esse acervo único, rico como fonte primária de informação, se constitui de documentos cuja descrição é incompleta e/ou sem nenhuma descrição arquivística, exceto por uma identificação mínima, o que impossibilita ao pesquisador fazer, por exemplo, o relacionamento entre um determinado projeto, as suas tramitações, os pareceres que recebeu, ou até mesmo a sua discussão nos Anais. Muitas vezes o cidadão tem que comparecer até a Coordenação de Arquivo para acessar a documentação de que necessita. Tornou-se necessário organizar e descrever os documentos de maneira a conduzir o usuário de forma objetiva e clara, ao conteúdo desejado.

Diante desse cenário, o Serviço de Arquivo Histórico (SEAHIS) solicitou, em 2016, à Coordenação do Arquivo, providências para a realização de cooperação com a Universidade de Brasília visando realizar a descrição do acervo legislativo do Império. Também justificou o pedido pela necessidade do acervo receber tratamento documental por equipe multidisciplinar. O quadro de pessoal do Senado tem um número insuficiente de servidores especializados da Casa para fazer o tratamento arquivístico nos documentos do SEAHIS. A UnB detém projetos de pesquisa, incluindo de mestrado e doutorado, nos Programas de Graduação e Pós-Graduação, nas áreas que envolvem o objeto dessa etapa: Arquivologia, Biblioteconomia, Administração, História e Tecnologia da Informação. Em consequência, pôde dispor de profissionais capacitados e com experiência teórica e prática no trabalho para atuarem em conjunto com os servidores e colaboradores do Senado.

Outra justificativa para o projeto foi a inexistência de um Quadro de Arranjo organizando a documentação histórica produzida pela Câmara dos Senadores e Assembleia Geral (de 1826 a 1889). Esse é instrumento utilizado pela Ciência Arquivística que possibilita relacionar os documentos às respectivas instituições produtoras, dispondo o acervo em níveis de descrição como fundos, seções,

subseções, séries, subséries, dossiês e itens documentais. Organizar o acervo, para refletir a maneira como funcionava a Casa, requer a compreensão do contexto de produção de um documento de arquivo; exige conhecer a história do organismo produtor e o fluxo do documento, abordando-se, principalmente, sob a perspectiva das funções e atividades desenvolvidas na instituição – sob o ponto de vista da estrutura e funcionamento do organismo produtor. Para empreender tal tarefa, somente é possível quando dispomos de profissionais em número suficiente e com qualificação.

A parceria se deu por meio de um Termo de Execução Descentralizada (TED) e teve como objetivo definir uma proposta de procedimentos de gestão arquivística e de preservação da memória a serem implementados nos processos de trabalho do Senado Federal, com foco na produção documental e na confiabilidade e autenticidade dos documentos, a partir do aprofundamento teórico e prático das funções arquivísticas identificação, criação, avaliação, classificação, descrição e difusão, constando de 8 etapas.

O projeto entre o Senado Federal e a UnB contemplou uma etapa destinada à descrição de documentos. A execução dessa etapa aconteceu levando em conta a peculiaridade do acervo, as necessidades institucionais e a avaliação, análise, validação e aplicação de métodos e técnicas para a descrição, em consonância com as normas nacionais e internacionais arquivísticas. Foram definidas ações como: a identificação dos fundos, a elaboração dos quadros de arranjo dos documentos do período imperial, um estudo sobre a divisão territorial do Brasil no período imperial e a equivalência à divisão atual, o levantamento das autoridades presentes nos documentos e pesquisa sobre termos específicos usados à época e presentes na documentação. Todas essas ações foram realizadas primando pela conservação e preservação do acervo documental. Foram utilizadas, principalmente, as informações disponíveis em instrumentos de pesquisa existentes no Arquivo e no portal institucional do Senado.

A transparência, uma das metas primordiais a ser alcançada pelo Senado no desenvolvimento de suas diversas atividades, foi um grande motivador para realizar o trabalho de descrição. A escolha de usar uma plataforma digital que permite o acesso às informações sobre os documentos e aos seus representantes digitais foi uma

estratégia de garantir que as atividades de descrição estivessem alinhadas com a atividade de difusão do acervo. A plataforma de escolha foi o AtoM, software de código aberto desenvolvido pela instituição canadense Artefactual, em parceria com o Conselho Internacional de Arquivos, que contempla as normas de descrição preconizadas por essa instituição de referência.

O projeto abrangeu a documentação produzida e acumulada pelas instituições Câmara dos Senadores e Assembleia Geral, ambas do período imperial e com base nela foi possível conhecer mais profundamente o processo legislativo do Império, os documentos gerados no desenvolvimento do trabalho parlamentar, planejar uma melhor organização e gerar instrumentos de pesquisa e produtos que auxiliem o trabalho técnico e o conhecimento a respeito das Casas Legislativas estudadas. São ações que certamente contribuem para a divulgação e o acesso ao acervo, aumentando o número de pesquisadores e interessados na documentação.

Os documentos legislativos do período imperial eram produzidos e armazenados de forma distinta ao que acontece com os documentos legislativos mais contemporâneos. Para se ter uma ideia, documentos que fazem sentido enquanto contexto de produção não estão reunidos e armazenados numa mesma caixa ou pasta como os processados atuais, mas sim distribuídos ao longo das caixas do acervo imperial, podendo estar soltos ou encadernados, por exemplo.

Como se trata de documentos manuscritos, a identificação de determinados metadados e elementos de informação é mais complexa e não há clareza de quais documentos fazem parte de qual contexto. Apenas após a identificação dos documentos (com base em parâmetros diplomáticos), leitura técnica e classificação é que se torna possível recuperar parte do contexto de produção. Quando se realiza a descrição do item documental é que se obtém informações mais precisas que permitem o relacionamento entre diferentes documentos que estão dispersos no acervo, mas que se relacionam enquanto contexto de produção.

Após definida a estrutura dos fundos arquivísticos constantes no arquivo do Senado Federal, foi determinada a organização interna destes fundos por meio do quadro de arranjo. Esse importante e imprescindível instrumento possibilita a recuperação do contexto original de produção dos documentos. Dessa forma, será

possível identificar o órgão que produziu o documento, a atividade a ele vinculada e o tipo de documento gerado. Essa hierarquia (órgão, atividade e documento ou fundo, série e dossiê/item documental) buscou refletir a atuação funcional dos produtores arquivísticos estudados, permitindo o resgate do contexto de produção dos documentos, fator essencial para a organização científica dos documentos e informações.

Como o Senado nunca dispôs de instrumentos de gestão de documentos para os documentos do período imperial, como um Plano de Classificação, essenciais para a organização lógica e física dos conjuntos documentais por ele produzidos e acumulados, a tarefa de se construir esse modelo para os documentos permanentes demandou um esforço temporal e intelectual considerável dos representantes do Serviço de Arquivo Histórico da Casa e da equipe de pesquisadores da UnB.

Para o desenvolvimento do quadro de arranjo, observou-se a necessidade de se garantir uma lógica de organização dos documentos de forma simples e direta. Assim, sua construção visou à criação de uma estrutura ímpar, cuja ênfase estará na disponibilização lógica de todo o vasto conteúdo documental e informacional do acervo do Senado.

Conceitualmente, o arranjo é o processo de agrupar os documentos singulares em unidades distintas que correspondam a sua real origem no órgão. Origem essa caracterizada como o princípio da organicidade, a qual deve ser considerada desde a produção até a organização dos documentos determinando a conexão entre eles.

O princípio da organicidade o qual norteia a classificação no âmbito dos arquivos é indispensável na construção do quadro de arranjo, para que não se perca a ordem dos documentos. Dessa forma, para a efetiva organização e disponibilização dos documentos de arquivo, a fim de que cumpram os objetivos para os quais eles foram criados (valor primário e secundário), os conceitos de classificação e arranjo devem ser considerados. Segundo Theodore Roosevelt Schellenberg, renomado arquivista estadunidense, classificação tem a seguinte definição:

[...] enquanto aplicada aos documentos correntes, a criação de um sistema de classes dispostas em determinada ordem, segundo a qual se possam agrupar os documentos e a localização dos documentos nos respectivos lugares em tal sistema. A classificação também pode incluir a invenção de

notações, isto é, de símbolos estenográficos para designar as classes (SCHELLENBERG, 1959, p. 26-27).

Nesse contexto, com a construção e aplicação dos quadros de arranjo os documentos foram organizados de modo intelectual e passaram por significativas mudanças, uma vez que deixaram de ser recuperados somente pelos métodos, numérico e cronológico, e foram classificados e organizados também por órgão produtor, atividade e dossiê/item documental. Ações que permitiram um arranjo mais próximo da realidade de um arquivo permanente.

Os quadros de arranjo dos fundos são fundamentais para o tratamento arquivístico dos documentos do período do Império do Senado Federal, pois organiza, de forma hierárquica, os níveis de arranjo, além de explicitar as relações orgânicas dos documentos e, conseqüentemente, dos fundos produzidos e acumulados.

Os métodos utilizados para a construção dos quadros de arranjo foram a pesquisa bibliográfica e documental, a observação pessoal e reuniões técnicas com servidores do Arquivo Permanente. A coleta das informações permitiu compreender o contexto documental, assim como parte das funções e atividades da Câmara dos Senadores e da Assembleia Geral – fundos arquivísticos identificados.

As séries documentais estão ligadas diretamente aos fundos e representam as funções desempenhadas pela Assembleia Geral e pela Câmara dos Senadores. A determinação das séries se deu com base em estudos de documentos e normativas que balizaram a formação das instituições. Os documentos utilizados foram a Constituição de 1824, o Regimento Interno do Senado de 1831 e o Regulamento Administrativo do Senado de 1861.

A Câmara de Senadores funcionou sem um Regimento baixado até 3 de agosto de 1831, ou seja, por uma legislatura, usando até então uma minuta que espelhava as tradições legislativas do Velho Mundo, nesse caso em específico nas Côrtes Constituintes de Portugal. O mesmo ocorreu com a Assembleia Geral que funcionou sem um Regimento até 2 de junho de 1835, sem prejuízo para as suas atividades protocolares e legislativas, havendo da mesma forma, documentos sendo produzidos e acumulados conforme o desempenhar das atribuições.

Nesse contexto, o Parlamento à época se baseava em condutas europeias, principalmente tendo como modelos legislativos as Casas legislativas de França e da Inglaterra, essa última alicerçada no direito consuetudinário em que nem todas as regras precisam estar escritas e em que muito se decide por consensos e entendimentos baseados nos costumes. Além disso, foram consultadas leis do tempo do Império que caracterizam e especificam melhor algumas funções previstas nos documentos citados.

A Assembleia Geral apresenta apenas funções correspondentes à área finalística. Já a Câmara dos Senadores possui funções atribuídas tanto da área finalística como do que chamamos atualmente de área meio, como funções relacionadas à gestão financeira e de pessoas.

Com base nos quadros de arranjo, foram estabelecidos os níveis de descrição, sendo que esses contemplam mais que divisões funcionais de uma estrutura de classificação, como pode ser observado para os níveis fundo e seção. Para isso, os quadros de arranjo dos documentos do Senado Federal foram estruturados levando-se em consideração as atribuições, as funções e as atividades identificadas e desenvolvidas pelos Órgãos no período Imperial. Assim foi possível a criação de um modelo de arranjo considerado ideal para os documentos do Senado Federal, resultando na identificação de 02 fundos, ambos fechados.

O modelo de descrição proposto abrange as quatro normas de descrição do Conselho Internacional de Arquivos (ICA) e explora o possível relacionamento entre elas, além do estabelecimento e caracterização dos elementos de descrição corresponde a cada norma.

Para descrição das entidades contidas nos documentos de arquivo, ou seja, para registro das autoridades observadas nos documentos, o ICA desenvolveu na Norma Internacional de Registro de Autoridades Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoal e Famílias (ISAAR-CPF) entre 1993 e 1995, publicando a primeira edição da norma em 1996. Uma segunda edição da norma foi publicada em 2004.

O Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) estabelece que registro de autoridade é a sistematização de informações relativas a uma autoridade, compreendendo referências cruzadas, relacionamentos e a documentação das decisões

tomadas, mas não estabelece uma norma nacional específica para a descrição das entidades. Como fonte de pesquisa nacional, há a tradução da ISAAR-CPF em português disponibilizada pelo próprio CONARQ.

A ISAAR-CPF estabelece como elementos obrigatórios de descrição apenas quatro: o tipo de entidade, a forma autorizada do nome, as datas de existência da autoridade e o identificador do registro de autoridade.

Foram pesquisados os nomes de todos dos parlamentares do período imperial, tanto senadores quanto deputados, bem como as legislaturas em que tiveram mandato e a província a qual representava. Foram levantadas também os títulos nobiliárquicos e as participações em comissões e, conseqüentemente, as suas composições de modo cronológico. No Império, o cargo de senador era vitalício e o de deputado, não. Dessa forma, se observa um maior número de deputados que senadores. Era comum também haver um acúmulo de cargos, sendo que alguns parlamentares foram senadores e ministros de Estado ao mesmo tempo. Outras autoridades pesquisadas foram os membros da Família Real Brasileira e outros atores, como funcionários do Senado e instituições que se relacionavam com as instituições legislativas e cujo nome se manifestavam nos documentos.

O respeito ao princípio da proveniência é o que garante a manutenção da organicidade de um acervo. O desempenho das suas atribuições e funções por meio de atividades estabelecidas é o que gera documentos tidos como documentos de arquivo ou orgânicos e essa característica que os mantém únicos é reflexo da manutenção do contexto de produção. Caracterizar as funções desempenhadas por um organismo produtor contribui para melhor entendimento da instituição e dos documentos em si, contribuindo para que a descrição dos documentos tenha os seus contextos de produção explicitados para os usuários.

As funções das instituições são o que determina as séries documentais de um quadro de arranjo, já que são consideradas mais estáveis que estruturas institucionais que são mescladas, criadas ou extintas. Considerando as funções como séries documentais, há duas formas de descrição possíveis: uma enquanto nível de descrição, tendo a Normal Geral Internacional de Descrição Arquivística (ISAD-G) como normativa e outra enquanto função, sendo a Norma Internacional para

Descrição de Função (ISDF) a norma de referência. Essas descrições não são excludentes e sim complementares, pois os elementos de descrição são distintos, não se anulam, não se repetem e trazem informações que podem ser contextualizadas. Foram estabelecidos também relacionamentos entre a descrição enquanto função e enquanto nível de descrição.

A ISDF foi elaborada pelo ICA em 2007 com base em modelos de análise e descrição de funções aplicados em arquivos e em gestão de documentos pela Austrália, Canadá, Estados Unidos da América, Reino Unido e Suíça. Não há normas específicas de descrição de funções elaboradas por outros países nem pelo Brasil, mas o CONARQ traduziu a norma internacional permitindo acesso à norma em língua portuguesa. As regras estabelecidas pela ISDF se estendem às subdivisões que uma função pode ter, como subfunção, atividade, tarefa, procedimento operacional, etc.

Na ISDF, há quatro áreas de informação nas quais os elementos de descrição estão distribuídos, sendo elas: área de informação, que se destina a identificar a função; área de contextualização, na qual está a natureza e o contexto da função; área de relacionamentos, que permite estabelecer relações com outras funções e descrições de autoridades e níveis; e área de controle, que registra como a descrição da função ocorreu. A norma estabelece alguns elementos de descrição como obrigatórios e a escolha de outros elementos a serem contemplados depende da avaliação e estudo da instituição. De acordo com os estudos e análises realizados, foram encontradas, aproximadamente, 30 funções, sendo que essas foram descritas com base na ISDF.

Para que as descrições fossem mais ricas em termos informacionais, adotou-se a integração entre as normas estabelecidas pelo ICA. As quatro normas, ISAD-G, ISDF, ISAAR-CPF e Norma internacional para descrição de instituições arquivísticas (ISDIAH) são complementares e foram relacionadas entre si a medida que as diferentes descrições (autoridades, funções, instituições arquivísticas, níveis de descrição e documentos) foram sendo realizadas. As normas de descrição, além de estabelecer os elementos de descrição, distribui esses elementos em áreas de informação.

A plataforma de difusão AtoM apresenta os elementos de descrição e as áreas de informação conforme padrão ISAD-G, RAD, Dublin Core, DACS e MODS, mas a

a norma de descrição adotada foi a ISAD-G por ser o mais próximo à Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE) e por ter maior possibilidade de relacionamento entre as normas de descrições de autoridades, instituições arquivísticas e funções. A ISAD-G compreende uma série de elementos de descrição distribuídos em sete áreas de informação enquanto o AtoM contempla mais duas áreas além das sete, sendo elas a Área de Administração e os Pontos de Acesso. Como a descrição no âmbito do Senado Federal foi realizada no AtoM, o modelo de descrição contemplou também os Pontos de Acesso e a Área de Administração.

Tanto a NOBRADE quanto a ISAD-G estabelecem alguns elementos de descrição como obrigatórios. Além dos obrigatórios, foram adotados elementos que permitiam uma melhor representação dos documentos e consequentemente uma mais adequada recuperação.

No trabalho de descrição realizado, merecem destaque as descrições de autoridades e funções, além de registro nas taxonomias de local e assunto os termos padronizados. Com essas descrições e registros realizados previamente, as descrições dos documentos puderam ser realizadas de forma mais rápida e sem variedade de nomes para uma única informação, conferindo mais qualidade ao trabalho realizado.

A padronização da forma como preencher os elementos de descrição, independente do objeto a ser representado e a preparação da plataforma AtoM para a realização das descrições são formas de garantir a uniformização do modo de apresentação das informações extraídos da documentação de um acervo e o sucesso da recuperação de documentos por parte dos usuários.

Estabelecer as áreas de informação e os elementos de descrição de um modelo envolve a compreensão sobre o tipo de dados e informações que devem ser inseridos e registrados para melhor representar um determinado conjunto documental. O nível de detalhamento das descrições e dos níveis de descrições a serem contemplados foi uma escolha feita de acordo com as necessidades da instituição custodiadora do acervo, dos usuários e possíveis usuários e a infraestrutura que a instituição apresenta para realizar as descrições.

A realização do projeto, em especial a etapa da descrição dos documentos, trouxe benefícios institucionais que se estendem aos usuários que buscam por

informações e documentos no acervo do Senado. A primeira vantagem é que permitiu a continuação do trabalho de descrição, já que a metodologia e o modelo de descrição foram estabelecidos com base nas particularidades e necessidades da Casa. Além disso, revelou aspectos do processo legislativo do período imperial que ampliam o entendimento a respeito das proposições legislativas e os debates a respeito delas. Outro benefício é permitir que se estabeleça políticas para a descrição do acervo custodiado pelo Senado para além do acervo do Império, gerando a promoção e o fornecimento de recursos informacionais aos interessados pela documentação.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. **Manual de arranjo e descrição de arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973.

BELLOTTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. **NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

_____. **Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 9 jan. 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm>. Acesso em: 2 out. 2020.

CASTANHO, Denise Molon et al. **Uma política de arranjo documental para a Universidade Federal de Santa Maria**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2001.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAD (G): norma geral internacional de descrição arquivística**. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS (ICA): **ISDIAH: Norma internacional para descrição de instituições com acervo arquivístico**/Conselho Internacional de Arquivos; tradução de Vitor Manoel Marques da Fonseca. - Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS (ICA). **ISAAR (CPF): International Standard Archival Authority Record for Corporate Bodies, Persons and Families**. 2ª ed., Canberra: International Council on Archives, 2004

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISDF: Norma internacional para descrição de funções**. Tradução de Vitor Manoel Marques da Fonseca. 1. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

DUCHEIN, Michel. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 10-14, n. 1, p. 14-33, abr. 1982/ago. 1986. Disponível em: http://www.aab.org.br/wp-content/uploads/2013/07/V10_14N11982_86-revista29. Acesso em: 10 out. 2020.

GONÇALVES, Janice. **Como classificar e ordenar documentos de arquivo** / Janice Gonçalves. – São Paulo: Arquivo do Estado, 1998. (Projeto como fazer; 2).

HEREDIA HERRERA, Antonia. **Archivística general: teoría y práctica**. Sevilla: Diputación de Sevilla, 1997.

LOPEZ, André Porto Ancona. **Como descrever documentos de Arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa**. São Paulo: Arquivo do Estado, 2002.

PROCTER, Margaret; COOK, Michael. **Manual of Archival Description (MAD)**. 3ª edição. Editoria Routledge, 2000.

ROUSSEAU, J. I.; COUTURE, C. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. Rio de Janeiro: Editora FGV. 3ed. 2004.

SILVA, Maria Celina Soares de Melo e. **Glossário de espécie e tipos documentais em arquivos de laboratórios**. Rio de Janeiro : Museu de Astronomia e Ciências Afins, Arquivo de História da Ciência, 2014.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação. In: RODRIGUES, Georgete Medleg; LOPES, Ilza Leite. (Org.). **Organização e Representação do Conhecimento na Perspectiva da Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2003, v. 2, p. 240-269.

SMIT, Johanna Wilhelmina. **Vocabulário Controlado e Controle de Vocabulário em Arquivos**. Revista Acervo, Rio de Janeiro, v. 31, n. 3, p. 46-56, set. /dez. 2018

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). **Glossário de Espécies/Formatos e Tipos Documentais da Universidade de São Paulo**: SAUSP – Sistema de Arquivos USP. Portaria GR nº 3083/97 Anexo III. Outubro de 1997